

Acordo com os credores está próximo

Joaquim Nogales

Quando Fernando Collor de Mello venceu o segundo turno das eleições presidenciais, no dia 25 de novembro de 1989, a dívida externa brasileira somava 113 bilhões de dólares. Ao tomar posse, no dia 15 de março de 1990, o valor da dívida havia crescido em 1,6 bilhão de dólares. De acordo com o boletim "Brasil Programa Econômico", editado pelo Banco Central, a dívida externa, em setembro passado, já chegava a 121,8 bilhões de dólares.

É bem provável que estes números sejam responsáveis por alguns dos vários cabelos brancos que o presidente adquiriu desde que chegou ao Palácio do Planalto. Mas a preocupação que o aflige, e também aos 150 milhões de brasileiros que pagarão a conta, pode ter uma solução ainda este mês. É que o embaixador extraordinário para Assuntos da Dívida Externa, Jório Dauster, depois de um ano de extenuantes negociações, poderá fechar um acordo com os bancos credores internacionais e, assim, conseguir um pouco de oxigênio para a sufocada economia brasileira. O País não pagará 3,8 bilhões de dólares de juros atrasados, este ano, como queriam os bancos.

Foram várias as viagens de Dauster a Nova Iorque para negociar a dívida. A ministra da Economia, Zélia Cardoso, seu secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e até o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, também viajaram bastante pelo mesmo motivo. Os palcos da negociação, além de Nova Iorque, foram: Paris (França), Londres (Inglaterra), Tóquio (Japão), Munique (Alemanha), Montreal (Canadá), Montevidéu (Uruguai),

São Paulo (Brasil) e até Kuala Lumpur (Malásia), onde os 15 maiores devedores do mundo, entre eles o Brasil, se reuniram, em junho de 1990 para tentar uma saída política para seus débitos. Houve muitos encontros secretos entre autoridades: "Só para consultas". Tudo em vão. Os credores queriam cash (dinheiro).

A primeira intenção de Fernando Collor para negociar a dívida, quando ainda era candidato ao Palácio do Planalto, de retirar o aval do Governo Federal — do Tesouro da União — dos empréstimos contraídos pelas estatais, não chegou nem a ser proposta oficialmente ao Comitê de Bancos Credores, formado por 15 instituições financeiras internacionais. Quando a ministra Zélia foi a Nova Iorque, pela primeira vez, para negociar a dívida, em maio do ano passado, preferiu a velha tática de guerra: dividir o adversário. Zélia propôs negociar a dívida do Brasil com cada banco em particular.

A estratégia não deu certo. Os bancos credores internacionais continuaram firmes no que a ministra chamou de "Cartel dos Bancos Credores Internacionais". Eles argumentaram que a negociação em grupo teria custos financeiros bem menores que a negociação individual, e contratacaram: exigiram o pagamento imediato dos juros atrasados, algo em torno de 8,5 bilhões de dólares (valor de hoje), já que o Brasil não pagava estes juros desde meados de 1989, o maior período de moratória do Brasil.

Eles, os bancos, também não convenceram. O Governo brasileiro fechou questão: só pagaria a dívida que fosse capaz de saldar, sem prejudicar o crescimento econômico brasileiro. Na verdade, a reação dos banqueiros já

era esperada pelos nossos negociadores. Dias antes de sua primeira viagem, Zélia e Dauster tiveram longas conversas com Fernão Bracher (ex-presidente do Banco Central) e com Paulo Nogueira Batista (um dos principais articuladores da negociação durante a gestão do ex-ministro Delfim Netto). "As negociações não serão fáceis", avisou Batista.

Trunfo — O Brasil tinha ainda o trunfo de ter remetido 13 bilhões de dólares de serviços da dívida externa, em 1989, apesar da moratória. O Brasil havia pago 6,84 bilhões de dólares de juros e amortizado outros 6,21 bilhões de dólares do principal da sua dívida externa. Além disso, o Brasil vinha honrando pontualmente o pagamento dos **new money bonds** (títulos do País no mercado internacional que não fazem parte da dívida em negociação). Em abril de 1990, um mês depois de tomar posse, Collor desembolsou 95,8 milhões de dólares para saldar parte deste títulos. O Brasil lançou um total de 1 bilhão de dólares deles, desde 1988.

"Nós devemos e não negamos, mas pagaremos quando pudermos", repetia Jório Dauster, que chegou a ser chamado em plena reunião com os banqueiros, por um alemão falando em inglês, de trapaceiro. "Eu o desculpo porque o inglês não é seu idioma de origem", devolveu Dauster, também em inglês, acrescentando: "Mas não repita essa palavra com o representante de um governo".

Todas as artimanhas foram usadas. Numa reunião em dezembro, em Nova Iorque, os banqueiros mostraram a Dauster um recorte de um jornal brasileiro daquele dia. Nele havia a informação de que a ministra Zélia estava prestes a pedir demissão. Dauster não se abalou.